

# Novas regras do Regime de Atendimento Prioritário

(Decreto- Lei n.º 58/2016, de 29 de agosto – entrada em vigor a 27 de dezembro de 2016)



## Atendimento prioritário

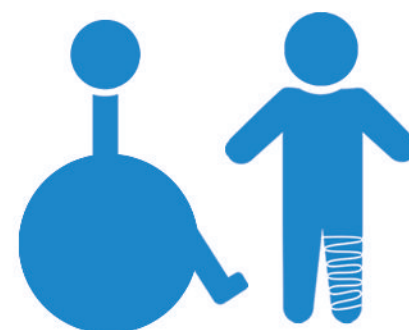
A obrigatoriedade de prestar atendimento prioritário é aplicável a todas as entidades públicas e privadas que prestem atendimento presencial ao público.

## Regras de aplicação da prioridade

Devem ser atendidas com prioridade sobre as demais pessoas:

- **Pessoas com deficiência ou incapacidade**

Aquela que por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo funções psicológicas, apresente dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas e que possua um grau de incapacidade igual ou superior a 60% reconhecido em Atestado Multiusos;



- **Pessoas idosas**

Aquelas que tenham idade igual ou superior a 65 anos de idade e apresentem evidentes alterações ou limitações das funções físicas ou mentais;



- **Grávidas**

Mulheres que notoriamente estejam nessa situação ou que apresentem documento que ateste essa condição;



- **Pessoas acompanhadas de crianças de colo**

Aquelas que se façam acompanhar de criança **até aos dois anos** de idade.



**A obrigatoriedade não se aplica às situações de atendimento presencial ao público realizado através de serviços de marcação prévia.**

O Decreto-Lei nº. 58/2016, de 29 de agosto, está disponível para consulta de interessados junto do balcão de triagem/vigilante.